

Maria Cristina Cunha, Luís Grosso Correia, Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho – *Apresentação*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1 2024. 1-7.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1ap

Apresentação

Fundada em 1970, e publicada sistematicamente desde então, *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* é editada pelo DHEPI – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. Entre outros objetivos, esta publicação visa divulgar trabalhos originais de investigadores nacionais e estrangeiros e promover estudos comparativos e interdisciplinares, promovendo um cruzamento de saberes, que mesmo podendo ter origens científicas diferentes, se desenvolvem em torno de uma área científica nuclear – a História. Publica-se agora o seu n° 14 da IV Série relativo ao 1º semestre de 2024, na qual se apresentam os resultados de um plano traçado há bastante tempo, no conjunto da programação geral do DHEPI, plano que se norteou pela procura constante de articulação entre a evolução e interesses da sociedade atual e as orientações científicas que conduzem o trabalho do historiador.

O presente número mantém uma estrutura semelhante à dos anteriores: um Dossiê Temático, composto por 13 artigos, seguido de Outros Estudos, e, finalmente, uma recensão a uma obra recentemente publicada. No que respeita aos artigos da segunda parte da Revista, deve ser salientada a contribuição dada pelos respetivos autores para a construção de um conhecimento historiográfico de um e de outro lado do Atlântico que ajudará a melhor conhecer os processos democráticos em vários espaços. De facto, se dois artigos se dedicam à História Portuguesa do século XX (um ao período imediatamente anterior à instalação do Estado Novo e outro a uma época igualmente conturbada da política portuguesa no início do ultimo quartel do século XX), um terceiro trabalho debruça-se sobre o processo eleitoral brasileiro a partir de objetos reunidos num espaço museológico instalado num Tribunal regional em Pernambuco, no Brasil.

Relativamente ao dossiê temático (“Educação e Democracia: histórias e memórias dos últimos 50 anos”), incluem-se contributos variados, que responderam à “chamada de artigos” oportunamente feita. Sobre o conteúdo desses estudos, remetemos para as palavras do Doutor Luís Grosso Correia, que associou ao seu trabalho de coordenação mais dois Colegas de outras instituições, os Doutores Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho. Aos três, a Direção da Revista agradece o trabalho empenhado que permitiu

Maria Cristina Cunha, Luís Grosso Correia, Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho – *Apresentação*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1 2024. 1-7*.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1ap

levar este número a “bom porto”. Como mentores da temática, são as pessoas indicadas para, já de seguida, justificar e apontar, de forma mais alongada, o alcance e resultados conseguidos no dossiê em apreço.

Finalmente, a Direção da Revista deixa também, na hora da publicação de mais este número, uma palavra de reconhecimento não só aos numerosos avaliadores envolvidos, como também às três Investigadoras da Comissão Editorial que, com enorme proficiência, agilizaram todos os processos de ligação entre os Autores e a Direção e Coordenação do dossiê desta Revista: nunca serão demais os agradecimentos devidos às Doutoradas Carla Sequeira, Maria João O. Silva e Sara Pinto.

Cristina Cunha (Direção)

Educação e Democracia: histórias e memórias dos últimos 50 anos

No cinquentenário da Revolução dos Cravos ou Revolução de 25 de Abril (de 1974) em Portugal, a *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* dedicou um dossiê especial à temática *Educação e Democracia: histórias e memórias dos últimos 50 anos*. Este dossiê acolheu estudos em perspetiva histórica que, mobilizando as diversas fontes (escritas, orais, materiais e iconográficas), contribuíram para o mapeamento dos diversos movimentos pela afirmação e prática da democracia e da liberdade em contextos educativos e pedagógicos em diferentes espaços/territórios e tempos à volta do mundo.

Interessou-nos, assim, abordar as temáticas da educação *em* democracia e *para* a democracia, não colocando de lado estudos que se debruçaram sobre a educação em sociedades ou regimes não democráticos. O sentido da liberdade aqui defendido é o da sua conquista, manutenção e aprofundamento segundo uma vivência sociopolítica fundada no primado do Estado de direito democrático, e que se efetiva em práticas institucionais e interpessoais democráticas. O conceito de educação, seja esta desenvolvida de modo formal, não-formal e/ou informal, que aqui interessou publicar, foi orientado pelos princípios da autodeterminação, da liberdade, da equidade e da

Maria Cristina Cunha, Luís Grosso Correia, Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 1-7.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1ap

emancipação segundo uma perspectiva antropológica, pedagógica, institucional, política e/ou epistemológica.

A génese da ideia para a temática deste dossiê radica na intersecção de dois projetos de investigação atualmente em curso em Portugal e no Brasil, um dedicado aos “Cinquenta Anos de Docência: Fatores de Mudança e Diálogos Intergeracionais” (FYT-ID), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e outro visando a “Educação em Direitos Humanos no Brasil: história e historiografia”, respetivamente.

No caso português, a conquista da democracia e da liberdade política, em 1974, e os seus aprofundamentos no subsequente período, inscrevem-se num movimento de longa duração. Este processo resultou da ação comprometida de diferentes atores e dinâmicas em tempos e espaços plurais, cuja história e memória importou resgatar segundo a metodologia da produção de conhecimento própria das ciências sociais e humanas, onde se incluem os estudos histórico-educativos.

No entanto, o “caso português” não se fez num vazio da história transnacional, e, por isso, era preciso reconhecer, no dossiê, que o mesmo se articula àquilo que ocorria ao redor do mundo. Os debates e lutas pela democracia e pela liberdade, equidade e emancipação em educação também foram interpretados em diversos contextos políticos, culturais, sociais, profissionais, organizacionais, geracionais e de práticas quotidianas, fossem de abrangência local, nacional ou internacional.

Assim, as políticas públicas de educação até às campanhas de educação de adultos, passando pela qualificação e desenvolvimento profissional de educadores e professores, expansão da rede escolar (da educação pré-escolar até ao ensino superior, dos espaços urbanos até aos territórios rurais), extensão da escolaridade obrigatória e o seu financiamento, diversificação da oferta escolar e reformas educativas, políticas de inclusão e justiça sociais (igualdade de género, por exemplo), inovação pedagógica (na educação histórica, por exemplo), gestão e avaliação das organizações escolares, implementação do serviço público de educação em territórios libertados ou de países descolonizados, a agenda e estudos de organizações internacionais (ONU, UNESCO, OCDE, Comissão Europeia) e a cooperação internacional, entre outros, foram alguns dos eixos dos treze estudos que ora se dão a lume no presente dossiê temático.

Maria Cristina Cunha, Luís Grosso Correia, Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho – *Apresentação*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1 2024. 1-7.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1ap

O artigo *As vozes de um passado próximo na aula de História*, de Ofélia Carvalho, reporta os resultados de uma experiência educativa desenvolvida por alunos do ensino secundário e sustentada nos princípios e regras metodológicos, cuidados éticos e comunicação de resultados, entre outros, de um dos eficientes métodos para problematizar a relação entre memória e história: a história oral. Tomando por tema da pesquisa a vivência de crianças e jovens antes da Revolução de Abril, nos arredores da cidade do Porto, é possível, numa análise mais focada, compreender os caminhos que se abrem para uma aprendizagem científica da História e de aprofundamento da consciência histórica (motivação, percepção, interpretação e orientação pessoal e coletiva) em contexto escolar a partir da transposição pedagógica de um método de investigação historiográfica.

O recurso à história oral permeia e sustenta igualmente os resultados originais apresentados pelo artigo de Miriã Lúcia Luiz, intitulado *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar (1964-1985)*. Partindo de entrevistas e do seu desdobramento metodológico na reconstituição de narrativas, a autora aprofunda a análise das mudanças político-educativas operadas a partir da história antropologicamente vivida e sofrida pelos professores de História no estado brasileiro de Espírito Santo no período em análise.

Ronaldo Venas, no artigo *A experiência vivida na coordenação pedagógica como parte da memória e da História não contada pela ditadura militar na Bahia de 1964 a 1985*, debruça-se sobre o trajeto profissional de três coordenadoras pedagógicas, reconstituído a partir de testemunhos orais. No período posterior a 1971, o cargo em análise foi visado pelas entidades oficiais autoritárias no sentido de o transformar num instrumento de vigilância política sobre os professores.

A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970), é o artigo de autoria de Flávio Andrade. Nele o autor analisa o envolvimento significativo de “moradores, movimento social organizado, setores progressistas da igreja católica e intelectuais coletivos politicamente comprometidos” na efetivação de um dos direitos humanos em região fragilizada em termos sociais e educativos, dada a reduzida oferta do parque escolar público que foi sendo instalado na década em análise.

Guilherme Sirtoli, ao abordar os *Processos de criação poético-educativos no sul do Brasil durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)*, demonstra como a omissão da

Maria Cristina Cunha, Luís Grosso Correia, Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho – *Apresentação*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1 2024. 1-7*.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1ap

educação artística nos *currícula* oficiais foi torneada por diversas atividades e processos criativos localizados em Porto Alegre e Pelotas, no Brasil, por um lado. Por outro, o artigo analisa como, através de uma educação situada à margem dos planos de estudos e capacitadora do ponto de vista cognitivo, performativo e socio-afetivo, foi capaz de gerar, a um tempo, espaços de criação artística, de consciencialização política e de agência social contra o regime vigente.

En *La educación en el proceso inicial de articulación institucional de la Dictadura Civil Militar en Chile (1973-1975)*, Felipe Zurita analisou, a partir de documentos oficiais, a conceção ideológica e a função social da educação segundo as autoridades ditatoriais. O novo alinhamento da educação preconizou, num quadro de um forte conservadorismo a nível de valores e costumes, a naturalização da redução da liberdade e vigilância políticas e abriu as portas para a experimentação, em contexto nacional concreto, de políticas neoliberais em matéria económica e social.

Eduardo Esteves, Misael Martins e Guilherme Santos dão a lume um artigo original sobre *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução portuguesa de 1974-1976*. Fundado em inúmeros documentos produzidos e divulgados por diferentes entidades oficiais, associativas e sindicais, o artigo aborda a diversidade de campanhas de alfabetização e de educação para adultos implementadas durante o designado Processo Revolucionário em Curso (PREC). Num país com a mais elevada taxa de analfabetismo entre os países europeus e num contexto histórico de transformação social, o artigo demonstra como as iniciativas de correção de injustiças em matéria educativa e pedagógica foram (e são) intrinsecamente políticas.

O artigo de Luiz Antônio Cunha, intitulado *De Ipanema a Cacheu: alguma memória de um cooperante brasileiro na Guiné-Bissau recém-independente (janeiro 1976)*, é um exercício de memória pessoal, de um observador participante, combinado com o devido enquadramento na literatura científica publicada sobre o devir do sistema educativo do país em análise. O resultado foi, assim, entretido com algum viés subjetivo, ancorado nas perceções, vivências e notas tiradas por um professor cooperante no terreno social de um país africano que se tinha libertado do jugo colonial português. Nele reconhecemos a dimensão ontológica da docência referida por Paulo Freire, quando o autor dá conta a sua vocação profissional, através da evocação de experiências

Maria Cristina Cunha, Luís Grosso Correia, Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1 2024. 1-7.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1ap

marcantes (desde a educação de adultos até à formação de professores a nível do ensino superior) e da sua vocalização através do artigo científico ora publicado.

Libânia Xavier, em *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*, desenvolve um exercício comparativo sobre os repertórios de ação e protagonismo político dos professores nos processos de construção democrática nos dois países, a imagem desses professores segundo a imprensa generalista e especializada (revistas ligadas a movimentos sindicais) e os seus efeitos a nível da gestão das escolas de ensino secundário, no caso português, no período revolucionário que se seguiu à Revolução de 25 de Abril.

O artigo *Autonomy and democracy: debates in the crisis of Socialism (Hungary, 1985)*, de Lajos Somogyvári, é um estudo de caso que, numa abordagem histórica a partir de baixo para cima, resgata a memória do período de fecunda reflexão que, por iniciativa oficial, foi gerado entre inúmeros educadores, docentes e diretores de escolas sobre o sentido de modernização do sistema educativo húngaro. Os resultados da análise denotam a dificuldade e variedade de soluções registadas a nível da tomada de decisão de forma mais participada, autónoma e transparente por falta dessa tradição e *habitus* a nível das organizações escolares.

Paulo Lima, no artigo *O debate jurídico sobre o financiamento à educação básica na Constituinte Brasileira (1987-1988)*, debruça-se sobre as discussões políticas geradas a nível da relação entre a educação pública e a educação privada (que incluía o ensino confessional) que deveria figurar no principal documento legal brasileiro. A Constituição acabará por não clarificar essa relação e o destino do financiamento público ao instituir, juridicamente, dois regimes subvencionados: um público estatal e outro público não-estatal. Apesar desta ideia de conciliação, e de alguns revezes orçamentais do setor público estatal, foi este setor que maior dinamismo impôs na universalização do ensino básico como estratégia de desenvolvimento e de promoção da cidadania.

No artigo *Educação inclusiva no ensino superior português: avanços, desafios e medidas de apoio para estudantes*, as autoras, Mariana Calhau de Figueiredo, Orquídea Coelho e Amélia Veiga, mapeiam o devir trans-histórico das políticas e das medidas de apoio que foram sendo inscritas nos estatutos de diversas instituições de ensino superior. Tendo em referência o facto de, no que tange ao subsistema universitário, estas instituições serem dotadas de autonomia desde 1988, os resultados salientam, para além

Maria Cristina Cunha, Luís Grosso Correia, Amélia Lopes e Luciano Mendes Faria Filho – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1 2024. 1-7.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1ap

da falta de legislação e regulamentação específicas e da falta de recursos, uma abordagem muito tradicional, dominada pelas lentes da psicossociologia e da medicina, para o enquadramento e gestão da multiplicidade de problemas apresentados pelos estudantes com necessidades educativas especiais.

O sucesso educativo do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, artigo de autoria de José Pedrosa, encerra o presente dossiê temático. Para além de jorrar luz sobre a evolução do sistema educativo são-tomense, desde a sua arquitetura montada pelas autoridades coloniais portuguesas até à atualidade, o autor discorre sobre o sentido, estratégias e importância da cooperação portuguesa e da Igreja Católica para a promoção do desenvolvimento local, realizado num território socialmente deprimido numa ilha ultraperiférica do denominado Sul Global. E, com os resultados apresentados, compreendemos que, apesar do esforço denotado sobretudo junto de meninas, raparigas e mulheres a nível da sua educação, esta pouco pode transformar enquanto subsistirem condições da subalternização sociocultural, de injustiça social e de fraca participação democrática.

Nosso desejo, como editora e editores deste dossiê e como pessoas comprometidas com a educação e com a democracia, é que o conjunto de textos aqui reunidos seja lido como um importante gesto de memória para que nos lembremos que o Estado de Direito Democrático e as nossas liberdades estão sempre em jogo, e que deste jogo é preciso que participemos para que os arautos do autoritarismo não voltem a vencer.

Last, but not least. A editora e os editores agradecem publicamente a todos os colegas docentes e investigadores que, graciosamente e em espírito de diligência puramente científica e formativa, dispenderam do seu tempo e da sua *expertise* para avaliar as propostas de artigos que foram recebidas. A eles se devem os méritos do dossiê temático ora dado a lume.

Luís Grosso Correia, Amélia Lopes, Luciano Mendes
Faria Filho (coordenação do Dossier Temático)

Porto, Junho 2024